

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

30 de novembro a 04 de dezembro de 2020



Seguimos com os números de mortes e contaminação por Covid crescendo novamente, chegamos a 170 mil mortes e mais de 6 milhões e 100 mil casos confirmados. Enquanto isso, o Governo deixou cerca de 7 milhões de testes estocados e que agora estão prestes a perder a validade. O deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE) apresentou o [RIC 1534/2020](#), solicitando informações ao ministro da Saúde, sobre a logística de compra e distribuição de testes RT-PCR. Vale lembrar que um dos “predicados” que justificavam o General estar à frente do Ministério da Saúde, seria a sua experiência em logística.

No último 20 de novembro, tivemos a triste notícia da morte violenta de **João Alberto Silveira Freitas**, motivada por racismo. Desde a semana passada, parte do Congresso reage com a apresentação de requerimentos e projetos repudiando a atitude dos seguranças e funcionários do supermercado Carrefour, envolvidos no crime.

Eleições Municipais

O resultado do segundo turno das eleições municipais confirma a tendência do primeiro turno: **o Bolsonarismo sai derrotado**. E apesar das maravilhosas candidaturas de mulheres negras e trans e de mandatos coletivos eleitos no primeiro turno, nas prefeituras a lógica machista e racista que orienta o sistema político do país se impôs.

A única mulher eleita em capitais foi Cinthia Ribeiro (PSDB), em Palmas, onde não houve segundo turno. No total, 8 mulheres foram eleitas prefeitas na 96 cidades mais importantes do país – grupo que engloba as capitais e os 70 municípios com mais de 200 mil eleitores e nos quais é possível haver 2º turno. A população negra vai ter uma representatividade de 20% no total.

Os cinco maiores partidos de direita e centro governarão mais de 60% dos brasileiros, nas contas do [Poder 360](#) – PSDB, MDB, DEM, PSD e Progressistas. Os números da eleição mostram um claro redesenho partidário e demográfico.



O MDB se manteve como maior partido à frente das cidades, mas diminuiu de 1.046 prefeitos eleitos em 2016 para 784 este ano. O PSDB também caiu muito, de 804 para 520 prefeituras, mas mantém, especialmente por conta da capital paulista, o maior número de governados, 34,1 milhões de habitantes.

Os partidos do Centrão saem fortalecidos. O PP assumiu a segunda colocação ao saltar de 498 para 685 prefeituras, seguido pelo PSD, que foi de 539 para 655. Na esquerda, apenas o PSOL avançou, de duas para cinco prefeituras.

Sobre os aspectos misóginos presentes na eleição recomendamos o levantamento da Revista Azmina, junto com o InternetLab, sobre os ataques dirigidos às candidatas no Instagram e no Twitter. Manuela D'Ávila, que concorreu à prefeitura de Porto Alegre pelo PCdoB é alvo do maior número de FakeNews dessas eleições. Os números impressionam e mostram que a violência física e virtual contra as mulheres da política são um tema importantíssimo para enfrentarmos.

PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

O Senado aprovou o PLS 787/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que altera o Código Penal para incluir a previsão de agravantes dos crimes praticados por motivo de racismo. A proposta segue agora para ser debatida na Câmara.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

O assassinato de João Alberto Silveira Freitas por seguranças do Carrefour segue gerando indignação e também inúmeras propostas

O senador Fabiano Contarato (REDE/ES) tenta, por meio do [PL 5245/2020](#), determinar a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada. É dele também o [PL 5294/2020](#), que altera a Lei que dispõe sobre a proteção do consumidor para dispor sobre a prevenção a qualquer forma de tratamento discriminatório em função de raça ou de cor nas relações de consumo.

Os senadores Jaques Wagner (PT/BA), Reguffe (Podemos/DF), Tasso Jereissati (PSDB/CE), Luiz do Carmo (MDB/GO) Weverton (PDT/MA) apresentaram os [RQS 2742/2020](#), [RQS 2743/2020](#), [RQS 2749/2020](#), [RQS 2766/2020](#), [RQS 2791/2020](#) solicitando inclusão de assinatura no [RQS nº 2724/2020](#), apresentado pelo Senador Fabiano Contarato (Rede/ES) e mais 11, para inserção em ata de voto de repúdio ao grupo de Supermercados Carrefour do Brasil por mais um ato de brutal violência cometido pela equipe de segurança contratada pela rede de supermercados, que espancou até a morte João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos.

O senador Paulo Paim (PT/RS), apresentou o [PL 5231/2020](#), que veda a conduta de agente público ou profissional de segurança privada fundada em preconceito de qualquer natureza. A lista inclui raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto, alterando o Código Penal, a Lei de Crimes Raciais e a Lei de Abuso de Autoridade. O senador apresentou também o [RQS 2751/2020](#), com voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Alberto Silveira Freitas. E o [PRS 55/2020](#) que institui o Selo Zumbi dos Palmares.

O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou o [PL 5229/2020](#), que altera o Código Penal e a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, tipificando como crime de racismo a injúria racial. O [PL 5230/2020](#), de Eduardo da Fonte (PP/PE) também se relaciona com o tema ao criar o Estatuto em Defesa da Vítima.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

O assassinato de João Alberto Silveira Freitas por seguranças do Carrefour segue gerando indignação e também inúmeras propostas

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e mais cinco deputadas apresentaram o PL 5232/2020, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para estabelecer responsabilidade civil e criminal aos administradores de empresas que falharem em promover ações efetivas para prevenir e mitigar atos discriminatórios em seus estabelecimentos.

Wilson Santiago (PTB/PB) apresentou o PL 5277/2020, que acrescenta o §5º ao art. 20 da Lei nº 7.716-89 para permitir a autoridade policial representar pela cessação de crime de discriminação ou preconceito praticados por quaisquer meios de transmissão em massa.

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), da Frente Parlamentar Feminista Antirracista, apresentaram o PL 5296/2020, que proíbe homenagens a proprietários de escravos, traficantes de escravos, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão em monumentos públicos, estátuas, totens, praças e bustos ou qualquer outro tipo de monumento.

João Daniel (PT/SE) apresentou o PL 5300/2020, para tipificar como crime a ação de constranger ou impedir alguém a não produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo referente a supostos atos ilícito ou eventuais crimes cometidos por terceiros em ambientes públicos ou comerciais. A alteração é no Código Penal.

Mais facilidades para a cirurgia de esterilização

Alexandre Frota (PSDB/SP) também quer alterar a Lei que trata do planejamento familiar para facilitar o acesso a cirurgia de esterilização feminina e masculina e dá outras providências. É o que propõe o PL 5276/2020.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Remuneração para gestantes durante seu afastamento em razão da pandemia

O deputado Flávio Nogueira (PDT/PI), trata da remuneração de gestantes durante o afastamento de suas atividades laborais presenciais em razão da pandemia de COVID-19. O [PL 5257/2020](#), de autoria do altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Proposta garante a realização de testes para prevenção e tratamento de neoplasias

A deputada Liziane Bayer (PSB/RS), apresentou o [PL 5270/2020](#), para garantir a realização de testes genéticos germinativos e genômicos para prevenção, diagnóstico e tratamento para todos os tipos de neoplasias malignas. As leis alteradas são relacionadas ao atendimento no SUS.

Mais uma proposta contra o assédio e a violência política

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) também quer criar mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres candidatas e no exercício da vida política. É a proposta do [PL 5295/2020](#).

Projeto que permite trata da violência política é apensado à proposta semelhante

A deputada Rejane Dias (PT/PI) apresentou o Requerimento [REQ 2772/2020](#) solicitando a apensação do [PL 5136/2020](#), de sua autoria, que cria mecanismos para coibir a violência e a discriminação política contra a mulher ao [PL 349/2015](#), de autoria da Deputada Rosângela Gomes, que "[Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher](#)". O [PL 9699/2018](#), que estabelece a violência política contra as mulheres como crime eleitoral já tramita apensado ao PL 349/2015.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Obrigatoriedade delegacias de defesa das mulheres em cidades com mais de cem mil habitantes

Alexandre Frota (PSDB/SP), obriga a todos os Estados da Federação a criarem Delegacias de Defesa da Mulher em cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, através do [PL 5274/2020](#).

Proposta institui violência institucional como novo tipo penal

O [PL 5238/2020](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF) e mais duas deputadas, altera o Código de Processo Penal para vedar uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais e o Código Penal para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo. A deputada também apresentou o [REQ 2791/2020](#), solicitando a tramitação sob o regime urgência para o Projeto. Erika Kokay também integra a coordenação da Frente Parlamentar Feminista Antirracista.

Obrigatoriedade de matérias sobre prevenção da violência doméstica para agentes de segurança pública

A deputada Policial Katia Sastre (PL/SP) quer alterar a Lei Maria da Penha para dispor sobre a obrigatoriedade da presença de matérias específicas de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher nos cursos de formação dos agentes de segurança pública. O [PL 5254/2020](#) é mais um na longa lista de tentativas de alteração da Lei.

Igualdade e paridade no desporto

Flávio Nogueira (PDT/PI) quer um sistema integral de igualdade e paridade no desporto, garantindo a equidade, participação, inclusão, acesso e representação das mulheres em todos os âmbitos e níveis da comunidade desportiva. Para isso, o [PL 5267/2020](#) cria o Programa de Igualdade de Gênero no Desporto, a Unidade Executora de Políticas de Gênero no Desporto.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Acesso ao gratuito ao sistema de transporte público para mulheres em situação de violência

Outro projeto que quer alterar a Lei Maria da Penha é o PL 5264/2020, de autoria do deputado Denis Bezerra (PSB/CE). Seu objetivo é garantir o acesso gratuito à mulher em situação de violência doméstica e familiar e aos seus dependentes, financeiramente vulneráveis, no sistema de transporte público coletivo rodoviário interestadual.

E o PL 5297/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PV/CE), modifica o Código Penal Brasileiro, para aumentar a pena de importunação sexual quando cometida em veículos de transporte coletivo ou individual de passageiros. Ambos os projetos tem semelhantes já em tramitação.

Mais uma proposta preocupada com a linguagem inclusiva

O PL 5248/2020, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP/SP), estabelece o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências.

VALE A PENA CONFERIR!



Outras Palavras

Artigo do Cfemea na Coluna Baderna Feminista: Violência contra as mulheres: o passado ressoa no presente



Agência Pública

Entrevista: Mulheres negras eleitas: “e agora, quem cuida delas?”



Bate-papo Feminista

O CFEMEA realizou no dia 26 de novembro, o 3º Bate-Papo Feminista da Resistência sobre "A Luta Histórica pelo Fim da Violência contra as Mulheres"



Nexo

Políticas Públicas – Linha do Tempo: As leis antidiscriminação: 1988 a 2016



El País

Questão Racial no Brasil – Márcia Lima: “Debate racial mudou de patamar. Não vejo mais os jovens aceitando silenciamento”



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.